



**FATORES DE (IN)SATISFAÇÃO E PROFISSIONALIDADE NA PROFISSÃO
DOCENTE: UM RECORTE ÉTNICO-RACIAL**

Fábio de Farias Soares¹
Kaliny Custódio do Carmo²

RESUMO

Este trabalho faz parte das reflexões desenvolvidas no decorrer da disciplina *Profissão Docente, Identidade, Carreira e Desenvolvimento Profissional*, ministrada na Universidade Federal do Acre (Ufac), no ano de 2018. A realização da disciplina por uma(um)³ das(os) autoras(es) despertou interesse sobre a temática, e como pesquisadoras(es) do Observatório de Discriminação Racial do Acre, optou-se por um recorte étnico-racial. O intuito deste texto é apresentar os resultados de uma pesquisa realizada com professoras e professores da rede pública e privada de Educação de Rio Branco/Acre, que culminou no presente artigo. O objetivo fora identificar os fatores de Satisfação e Insatisfação das(os) professoras(es) da Educação Básica e a relação com o sentido de Profissionalidade, sob uma perspectiva étnico-racial. Realizou-se através de revisões bibliográficas e análise de questionários auto aplicados com docentes de várias áreas e modalidades da Educação Básica. Para isso, fez-se necessário entender a relação da vida pessoal da (o) docente com a profissão, bem como o percurso da docência no Brasil e as possíveis influências que o quesito “cor/raça” exerce no fazer-se professora. Discorremos com a colaboração de Penin (2009), de Vicentini e Lugli (2009) e Fernandes (2017). Com a pesquisa, pôde-se perceber que a população negra tem alcançado com maior expressividade o nível superior e, notadamente, à docência, e que em determinados aspectos referentes à profissão existem algumas discrepâncias e semelhanças.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Básica. Profissionalidade. Fatores de Satisfação e Insatisfação. Étnico-racial.

ABSTRACT

This work is part of the reflections developed during the course Teaching Profession, Identity, Career and Professional Development, taught at the Federal University of Acre (Ufac), in 2018. The accomplishment of the discipline by one of the The authors aroused interest in the subject, and as researchers from the Acre Racial Discrimination Observatory, an ethnic-racial approach was chosen. The purpose of this paper is to present the results of a research carried out with teachers of the public and private education network of Rio Branco / Acre, which

¹ Licenciado em História pela Universidade Federal do Acre, voluntário do Observatório de Discriminação Racial do Estado do Acre, integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi/Ufac).

E-mail: ffabi0.fariassoares@gmail.com.

² Acadêmica do curso de Bacharelado em História da Universidade Federal do Acre, bolsista do Observatório de Discriminação Racial do Estado do Acre. E-mail: kalinycustodio@gmail.com.

³ Por motivos políticos, éticos e metodológicos, optou-se, sempre que possível, por identificar em primeiro lugar as sujeitas femininas e em segundo os sujeitos masculinos por compreender que a gramática normativa é machista.



culminated in this article. The objective was to identify the factors of Satisfaction and Dissatisfaction of teachers of Basic Education and the relationship with the sense of Professionalism, from an ethnic-racial perspective. It was conducted through literature reviews and analysis of self-applied questionnaires with teachers from various areas and modalities of Basic Education. For this, it was necessary to understand the relationship of the teacher's personal life with the profession, as well as the course of teaching in Brazil and the possible influences that the issue “color / race” exerts in becoming a teacher. We spoke with the collaboration of Penin (2009), Vicentini and Lugli (2009) and Fernandes (2017). With the research, it was possible to realize that the black population has reached with greater expressiveness the superior level and, notably, the teaching, and that in certain aspects related to the profession there are some discrepancies and similarities.

KEYWORDS: Basic Education. Professionalism Satisfaction and Dissatisfaction Factors, Ethnic / Racial.

1 INTRODUÇÃO

A figura social da(o) negra(o) há muito vem sendo invisibilizada pelo processo de “embranquecimento” realizado em diversos âmbitos da sociedade. Segundo Amaral (2011), os fundamentos ideológicos das relações raciais no Brasil pós-abolição, encontram-se baseados em um discurso racista que as elites brasileiras construíram no sentido de desqualificar a(o) trabalhadora(o) nacional para enaltecer a(o) imigrante branca(o). Neste contexto, a figura do Estado era a primeira a se encarregar de tomar medidas para que isso acontecesse, como a adoção de políticas públicas visando manter a exclusão social das(os) negras(os) neste período.

Dessa maneira, como Fernandes (2017) afirma, ao considerar tal histórico de exclusão era de se esperar a superioridade de profissionais brancas(os) em detrimentos das(os) negras(os) em diversas carreiras como, por exemplo, a docência. No entanto, de acordo com o autor, devido à pauperização da profissão não foi o que de fato ocorreu. Pois as(os) negras(os) se fizeram/fazem presentes com bastante expressividade na docência.

Sem perder de vista isso, muitos aspectos da profissão docente foram influenciados pela lógica histórica do racismo⁴. Por conseguinte, a própria percepção profissional reflete o

⁴ De acordo com o livro *Roteiros temáticos da diáspora: caminhos para o enfrentamento ao racismo no Brasil* (2018), “Racismo” constitui-se não apenas como repúdio às diferenças fenotípicas e/ou culturais, mas atribuindo natureza, sobretudo, de inferioridade. Impondo hierarquia entre grupos diferentes. Racismo é crime segundo a Lei nº 7.715/1989.



quadro em que se estruturou a profissão docente no país, principalmente no que diz respeito aos fatores de *Satisfação* e *Insatisfação* das(os) professoras(es) da Educação Básica. De acordo com Penin (2009), pode-se entender os fatores em comento como derivados de conceitos mais abrangentes, relacionados ao labor, sendo os fatores de Satisfação ligados a aspectos pertencentes ao âmbito escolar. E os fatores de Insatisfação questões de ordem pública, externas à profissão. Outro conceito importante refere-se à soma do aspecto pessoal e profissional na identidade docente, o que Penin (2009) conceituou como *Profissionalidade*.

Tendo como objetivo identificar os fatores de Satisfação e Insatisfação das(os) professoras(es) da Educação Básica e a relação com o sentido de Profissionalidade, sob uma perspectiva étnico-racial, para a execução do trabalho fora necessário a realização de revisões bibliográficas nas obras: *Profissão docente e contemporaneidade* (2009) de Sônia Penin, que colaborou com a classificação dos conceitos de *Profissionalidade* e *Satisfação e Insatisfação*, em *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa* (2009) de Paula Vicentini e Rosario Lugli e *Da trajetória escolar ao sucesso profissional: narrativas de professoras e professores negros* (2017) de Jorge Fernandes, que traz uma retrospectiva histórica da população negra na Educação.

Por conseguinte, fazendo uso dessas categorias, elaborou-se o questionário *on-line* auto aplicado, composto por 23 perguntas objetivas e subjetivas, que abrangeram o universo de 37 professoras(es) da Educação Básica do sistema público e privado de ensino de Rio Branco (AC), representantes de 29 instituições, das áreas de História, Pedagogia, Física, Geografia, Português, Matemática e Química. A escolha das(os) professoras(es) deu-se de maneira aleatória, tendo como núcleo do envio dos primeiros questionários, docentes recém-formadas(os) do curso de História, que, através das mídias sociais, realizaram a tarefa de divulgação da pesquisa.

Essa breve explanação pretende contribuir no âmbito das pesquisas realizadas acerca da visibilidade das(os) sujeitas(os) negras(os) na seara acadêmica e profissional, principalmente no que diz respeito ao campo educacional e a prática docente. Empregando como hipóteses, a divergências em relação aos fatores de Satisfação e Insatisfação entre professoras(es) negras(os) e não negras(os), e o crescimento de professoras(es) negras(os) na docência nas escolas de Rio Branco.



2 HISTÓRIA, PROFISSIONALIDADE E FATORES DE (IN)SATISFAÇÃO DOCENTE

Como Penin (2009) bem apresenta, a atividade de ensinar esteve presente durante todo o percurso da humanidade, mesmo que adquirindo conotações negativas em determinados momentos. Mas, a profissão docente e a atividade de ensinar nem sempre fizeram parte da mesma conjectura. A primeira surgiu recentemente, aos olhos da História, cerca de 300 anos, durante o século XVIII que fora marcado por eventos europeus históricos como o Renascimento e Iluminismo, onde a classe burguesa lança as bases para romper com o domínio das(os) nobres e efetivar-se no poder, não apenas por critérios hereditários, mas, sobretudo financeiros. Criam-se princípios que hoje podemos questionar acerca dos sentidos de liberdade, todavia, subentende-se que esta se estenderia para toda a sociedade.

Apesar disso, foram fatores históricos isolados e não homogêneos, pois o norte da Europa diferenciava-se do restante do continente em relação a critérios educacionais. Esse fato garantiu uma espécie de pioneirismo e avanço em relação aos países ibéricos. E o Brasil, como ex-colônia portuguesa, herdou características de atraso da metrópole. Desse modo, a colônia e os primeiros anos de República ainda eram marcados por uma Educação enquanto privilégio e improvisada, segundo Penin (2009).

Entrementes, a população negra no Brasil, ao contrário do que se imagina, possuía grandes excedentes de pessoas alfabetizadas e letradas, sabendo ler, escrever e contar, como Fernandes (2017) demonstra. Por necessidade religiosa, tendo em vista a existência de muitas(os) escravizadas(os) mulçumanas(os), a leitura e o domínio de outros conhecimentos por parte das(os) negras(os) chegavam a ser predominantes em muitas províncias. Apesar do silenciamento historiográfico, o autor faz uso de dados que comprovam o relativo acesso de parte da população negra à Educação Formal no período escravista.

Acerca da profissionalização da(o) sujeita(o) que exercia a atividade de ensinar, conforme Penin (2009), tenha ocorrido hodiernamente em relação às outras profissões, chega o momento onde finalmente a história da docência se encontra com a história da Educação. Paula Vicentini e Rosario Lugli (2009) delineiam uma trajetória para a Educação no sentido de conhecer as primeiras instituições voltadas para a formação docente no Brasil em meados do século XIX.



No caso brasileiro, resumidamente, a Educação é inaugurada pelos jesuítas, passando para a égide do Estado através das Reformas Pombalinas, fazendo uso do Modelo Artesanal que baseado inicialmente em moldes militares, principalmente o Método Lancaster⁵, e no sistema de professores adjuntos⁶ configurava a Educação dos anos referentes ao Brasil Império. Ainda nesse período surgem as *Escolas Normais*⁷ como solução dos problemas do Modelo Artesanal, no entanto era incipiente e de alto custo, apesar dos longos anos de duração. Como solução aos problemas do modelo anterior surge o sistema *Complementarista*⁸ que formava professoras(es) de maneira mais rápida, mas com prejuízos devido a pauperização da formação. Existiram também institutos de formação em todos os níveis de professoras(es), exceto em Nível Superior. Até que a Lei nº 9.294/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), estabeleceu a obrigatoriedade do Ensino Superior para a formação e exercício da docência.

No entanto, vale destacar que de acordo com as autoras esses processos pelos quais a Educação brasileira passou não ocorreram de maneira sequenciada e muito menos homogênea em todo o país, além de não representar a realidade de todas as regiões do Brasil. Contudo, tais andamentos processuais demonstram quadros peculiares e influenciadores da educação brasileira.

Enquanto isso, a população negra começa a se inserir de modo mais expressivo na docência devido o abandono da profissão por parte das classes elitizadas, o que abriu espaço para a atuação de outras camadas sociais, também tidas como “classes populares”, de acordo com Fernandes (2017). Incluindo a população negra.

Baseado nisso a realização da pesquisa se iniciou com a criação do questionário *on-line*, composto por 23 perguntas objetivas e subjetivas, que fora aplicado através de *link* enviado para as(os) professoras(es), onde se buscou algumas informações pessoais e dados sobre a autodeclaração racial das(os) sujeitas(os) da pesquisa, o tempo de trabalho como professora(o), o pioneirismo em relação à família sobre a formação em nível superior, a licenciatura enquanto escolha de graduação. Também buscaram-se dados referentes aos

5 Também conhecido como Ensino Mútuo, foi criado na Inglaterra em 1801. Essa técnica garantia em tese o treinamento simultâneo de centenas de alunos de forma econômica e disciplinada de modo bastante hierárquico.

6 Nesse sistema os melhores alunos entre 12 e 13 anos aprendiam as atividades docentes através do acompanhamento e observação das práticas de um professor experiente.

7 Escolas Normais foi um modelo de formação docente que designava um modelo correto, padrão ou normal de se ensinar, sempre se criava em anexo a elas uma escola-modelo como uma espécie de campo de estágio.

8 Curso Primário no qual se acrescentava após o primário um ano de prática de ensino tornando-se apto para ensinar.

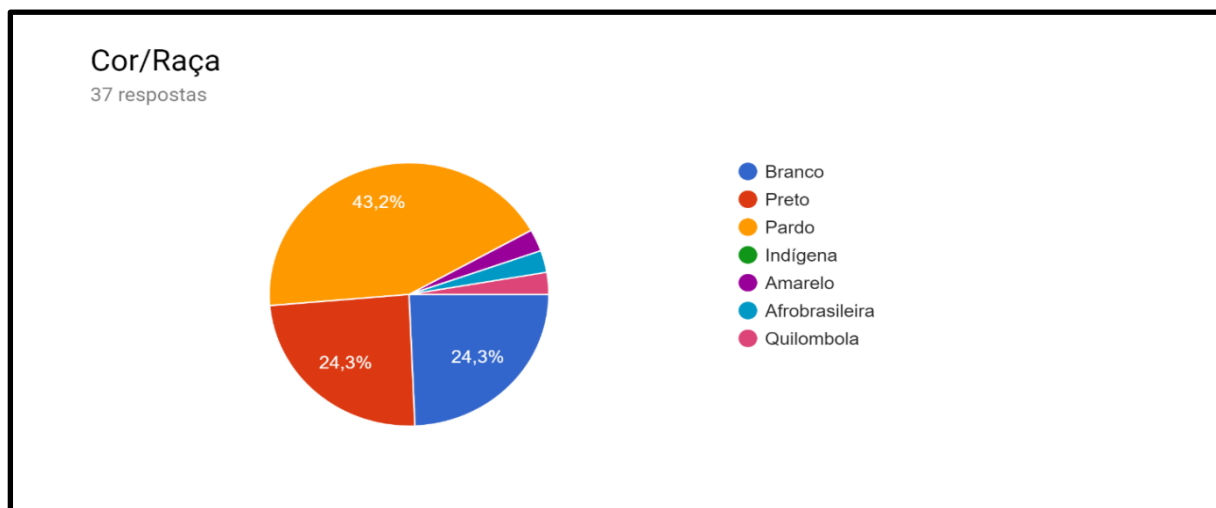


conceitos de Penin (2009), como Profissionalidade, fatores de Satisfação e Insatisfação na profissão docente. Além do conhecimento e pertencimento ao movimento negro, dados sobre o racismo e, por fim, considerações sobre as políticas afirmativas, especificamente, políticas de cotas raciais para concursos e universidades.

Nesse momento, veremos alguns dados alcançados pela pesquisa, que totalizou um universo de 37 professoras(es). Atingiu-se um público majoritariamente representado pelo gênero feminino, totalizando 83,8%, das(os) quais 23 são mulheres negras. Para isso, o quesito “cor/raça” fora considerado de acordo com a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que insere como integrante da população negra todas(os) aquelas(es) que se autodeclarem pretas(os) ou pardas(os). Ainda segundo o IBGE, no Acre a população negra é estimada em 74% e em Rio Branco a população negra totaliza 36.591 com 15 anos ou mais do total de 336.038 da população residente, segundo pesquisa realizada no ano de 2010.

Com base na pesquisa realizada, identificou-se inicialmente a proporção de professoras(es), segundo o quesito cor/raça.

Gráfico 1 – Cor/Raça



Fonte: Acervo pessoal

Como se pode constatar, a superioridade da representatividade negra na docência expressa-se nos números de 72,9%. Entendendo como população negra: pretas(os), pardas(os), afro-brasileiras(os) e quilombolas. Das(os) não negras(os) têm-se brancas(os),

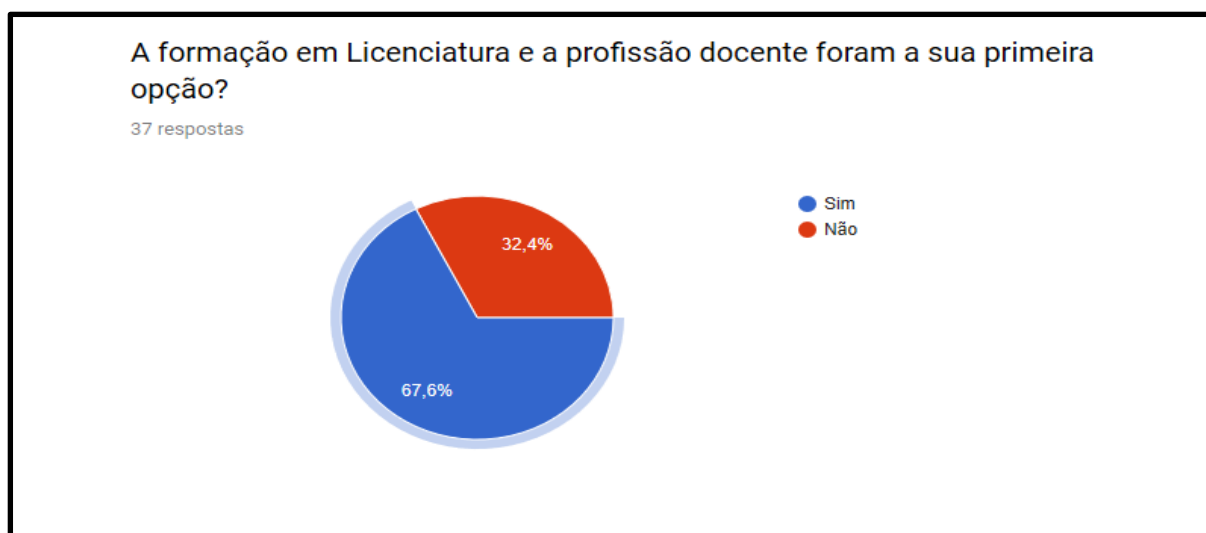


Indígenas e Amarelas(os), cuja representatividade dar-se no percentual de 27,1%, como pode-se observar no gráfico 1, acima.

Não obstante o imaginário popular racista de que certas profissões são referentes a determinado grupo social, com a atribuição da qualificação técnica ao grupo étnico das pessoas brancas e desqualificação profissional, bem como a realização de serviços braçais, para negras(os) e classes populares. Com a pesquisa, pôde-se perceber que a população negra tem alcançado com maior expressividade o nível superior, notadamente no caso da docência.

E apesar do atual imaginário negativo que impera acerca da profissão docente, desqualificando-a e desestimulando o ingresso nos cursos de graduação, muitas(os) são aquelas(es) que se dedicam à profissão, galgando novos patamares da formação superior e trilhando a carreira por muitos anos. De acordo com o questionário, 67,6% das(os) professoras(es) atingidas(os) pela pesquisa escolheram a licenciatura e a profissão docente como primeira opção, ou seja, 25 professoras(es). Como apresenta o gráfico a seguir.

Gráfico 2 – Licenciatura e profissão docente como primeira opção



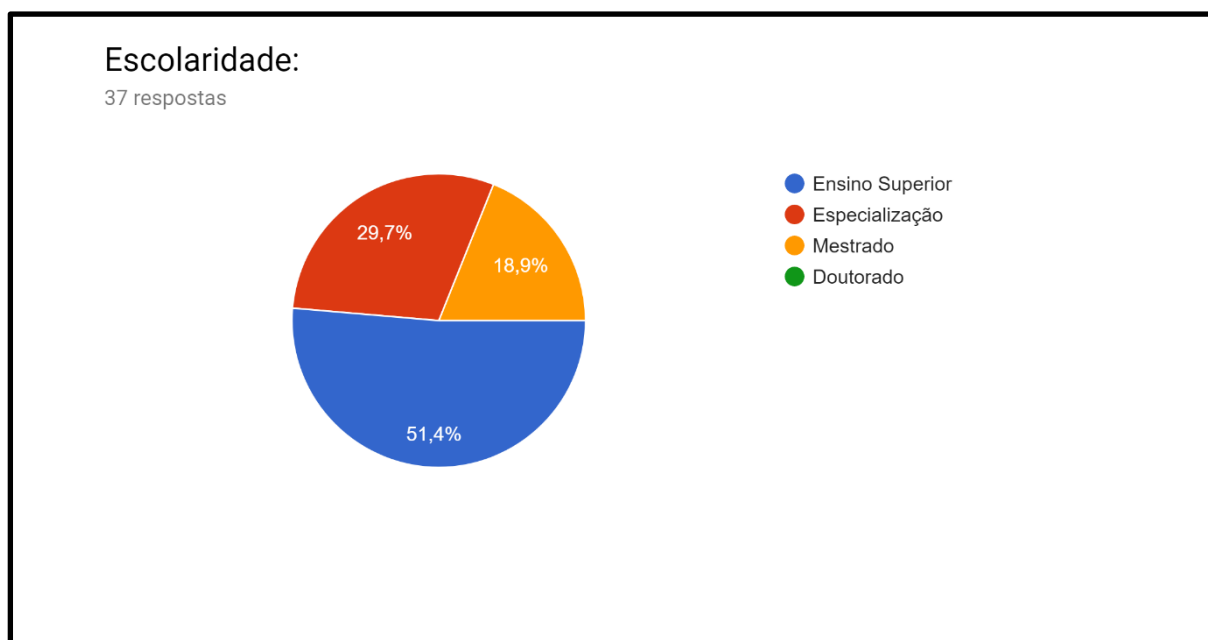
Fonte: Acervo pessoal

Dessas(es), 20 sujeitas(os) estão incluídas(os) na população negra. Comprovando a hipótese anterior de que em Rio Branco as(os) negras(os) representam com maior expressividade a docência. Do universo de 37 professoras(es), das(os) quais 27 são negras(os), 20 indivíduos(os) escolheram a profissão docente como primeira opção de graduação.



Em relação à idade e escolaridade, percebeu-se que o grupo alcançado se encontra em maior porcentagem entre os 25 e 34 anos, no quantitativo de 37,8%, seguido de 29,7% das(os) que estão entre os 35 e 49 anos, as(os) de até 24 anos no percentual de 21,6% e acima de 50 anos em 10,8%. Sobre o nível de escolaridade dessas(es) professoras(es), a maioria possui apenas o Ensino Superior, como o gráfico 03 ilustra:

Gráfico 3 – Escolaridade



Fonte: Acervo pessoal

Contudo, o que chamou atenção nesse resultado fora o quantitativo referente à pós-graduação (especialização e mestrado), que se tornou uma realidade atingida por muitas(os) estudantes/professoras(es) pardas(os) e pretas(os). Números estes bastantes superiores ao quantitativo de pessoas não negras, nas proporções de 12 entre pretas(os) e pardas(os), 4 brancas(os) e 1 amarela(o).

Embora as respostas obtidas em relação à escolaridade e o pioneirismo no nível superior não simbolizem aspectos absolutos da representação da realidade de Rio Branco/AC, ainda indicam um significativo avanço em relação ao acesso da população negra à Educação. No entanto, de acordos com dados obtidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2009, feito com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2008 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Gomes (2012, p. 20) alerta sobre a disparidade entre negras(os) e brancas(os) que ainda existe no país. Em



relação à frequência escolar, “No ensino médio, o número de jovens brancos que frequenta a escola é 44,5% maior em comparação ao número de negros. Já no ensino superior, a frequência de brancos é maior cerca de três vezes.” Vale ressaltar que os dados da pesquisa de Gomes têm como base o ano de 2009.

Para a pergunta “Você é a primeira pessoa da sua família a possuir nível superior?”, 51,4% responderam que não e 48,6% responderam que sim. Sob uma ótica étnico-racial, do total de 37 professoras(es), 16 indivíduos(os) negras(os) são as(os) primeiras(os) da família a possuir nível superior, enquanto apenas 2 brancas(os) são as(os) primeiras(os). O que corrobora com as afirmações citadas anteriormente.

E como podemos observar em Vicentini e Lugli (2009), o aspecto profissional torna-se bastante influenciado pela identidade da(o) própria(o) docente, e vice-versa. De acordo com as autoras, em um passado não tão distante o processo seletivo para escolha de docentes se dava através de “concursos públicos” que levavam em conta apenas elementos referentes a aspectos religiosos do profissional, religião cristã/católica(o), moral ilibada e, por último, notório saber. Os critérios de escolha indicavam uma padronização das(os) candidatas(os) na seara particular, ou seja, no estilo de vida. A figura da(o) professora(o) deveria servir como exemplo de boa moral em conformidade com os bons costumes vigentes na época.

O famoso *Atestado de morigeração* era um dos documentos mais interessantes desse período. Certificado por um pároco local ou juiz de paz (profissões tidas socialmente como de perfil masculino), principalmente no século XIX, garantia a total conformidade do candidato, masculino, com um estilo de vida de um “cidadão de bem”. Contudo, a lista de requisitos estendia-se mais, como Vicentini e Lugli (2009) observam que:

“Segundo Silva (1975), em Goiás, no ano de 1856, a lista dos requisitos para prestar o concurso de professor era a seguinte: condição de vida regular, aptidão para o ensino da mocidade, provas de não ter sido condenado por furto ou roubo, não ter sido demitido duas vezes ou suspenso três vezes do funcionalismo público, não ter tido pena de galés ou sido condenado por estupro, rapto, furto ou qualquer delito ofensivo à moral pública ou à religião do Estado.” (p. 71)

E quando as mulheres passam a exercer a atividade da docência, era-lhes exigido:

“(…) certidão de casamento; se divorciada, uma certidão que provasse não ter sido ela a causa do divórcio. Para solteiras que morassem na casa paterna, certidão de moralidade dos pais. Se fosse moça solteira e vivesse só, era preciso apresentar



também prova de idade maior do que 25 anos.” (VICENTINI e LUGLI, p. 71, 2009);

Nesse sentido, o atual século XXI continua reproduzindo alguns desses critérios de maneira não oficial e subjetiva. Talvez em uma tentativa de evocação nostálgica e reacionária do “prestígio do passado”. Vicentini e Lugli (2009) em análise da pesquisa realizada por Maria José Nascimento em meados da década de 1990 observam que sobre a formação das candidatas à docência nas Escolas Normais ainda continuavam muitos estereótipos, em que pese que o magistério primário fosse tido como atividade condizente com as funções femininas “naturais” de maternidade, além de preparação para o futuro inevitável de boa esposa e mãe.

Ainda sobre a representação da(o) professora(o) no imaginário popular pesava as questões ligadas a recompensa simbólica da atividade, como o grande dever para com a sociedade, um sacrifício necessário para tal e o eterno sacerdócio. A figura da professora, conforme Vicentini e Lugli (2009) apontam nas manchetes de jornais antigos, era vista como alguém marcada pela modéstia, uso de roupas simples, sem adereços ou acessórios, sorriso singelo, e por detrás dos óculos um olhar enigmático e de austeridade, principalmente em relação à figura feminina.

Nesse aspecto, a ação de escolher a profissão começa a definir o estilo de vida da(o) “candidata(o) à docente” desde a graduação. Mas, de acordo com Penin (2009) é no exercício da atividade que ela(e) se insere definitivamente nesse estilo/filosofia de vida criando o sentimento de pertencimento e definindo a caracterização de profissionalidade individualmente. “Nesse sentido é possível entender a palavra profissionalidade como a fusão dos termos profissão e personalidade.” (PENIN, p. 25). Podemos perceber essa relação no que se refere a elementos pontuais nas respostas das(os) professoras(es) atingidas(os) pela pesquisa, onde 86,5% alegam que a profissão altera sim o seu estilo de vida.

As transformações ou modificações ocorrem em diversos âmbitos. Buscando identificar isso, se perguntou: “Em quais dos seguintes aspectos sua profissão influencia sua vida?”. Podendo selecionar mais de uma alternativa, as respostas apresentadas foram: **Lazer** – como, por exemplo, deixar de frequentar espaços como bares, praças, casas noturnas e etc. por receio de encontrar alguma(um) aluna(o); **Comportamental** – não mais realizar certas atividades, possuir modéstia de movimentos e atitudes ou “moral ilibada”; Modo de se vestir



– como o uso de apenas determinadas roupas ou acessórios; **Social** – como afastar-se de amigas(os) e familiares devido a rotina de trabalho; **Civil** – atestado de relacionamento sério ou compromisso duradouro; **Saúde** – debilidade, estresse, depressão ou aquisição de peso devido a rotina de trabalho, que fora acrescido no espaço para adicionar **Outro**.

As respostas se deram na seguinte proporção: 16,2% apontam o aspecto *Lazer* como influenciado pela profissão docente, 35,1% classificam a influência no aspecto *Comportamental*, já 37,8% acham que influencia no aspecto do *Modo de se vestir*, 48,6% assinalaram que o *Social* é influenciado, 2,7% selecionaram o aspecto *Civil* como âmbito influenciado, mas, foi no aspecto *Saúde* que se concentraram a maioria das respostas, perfazendo o total de 56,8%. No campo *Outro* registrou-se 2,7%, do qual respondeu-se que “ser professor me traz mais conhecimento”.

Os dados são ainda mais interessantes ao serem analisados na lógica de Vicentini e Lugli (2009) sobre a reprodução de estereótipos acerca da figura/representação social das(os) professoras(es). Nessa ótica a(o) professora(o) não tem vida social, deve possuir modéstia de movimentos e vestimenta, além da austeridade. Embora a comprovação da moral não seja mais requisito oficial para pleitear a função atualmente, continua presente no imaginário social.

Levando em consideração que o objeto de pesquisa é majoritariamente feminino, em relação a esses dados cabem diversas reflexões sobre as relações de gênero e poder perpassando as relações sociais que atingem as professoras tornando-as alvos, forçando a alteração de aspectos sociais, comportamentais, dentre outros, que infelizmente não configuram o objetivo dessa pesquisa.

Além disso, para entender com maior profundidade as peculiaridades dessa profissão, Penin (2009) afirma que se faz necessário conhecer também as condições *Objetivas* e *Subjetivas* ligadas ao trabalho. Classificadas da seguinte maneira as:

“Condições objetivas são entendidas como os aspectos exteriores da profissão (salário, carreira, prescrições legais, condições concretas de trabalho em um local), e condições subjetivas como a vivência diária de um profissional no desempenho do trabalho, incluindo as angústias e alegrias nas relações sociais que estabelece (...)” (PENIN, p. 26, 2009)

Sendo assim, a autora classifica que as condições objetivas são determinadas por *fatores extrínsecos* de trabalho, fora das relações de trabalho e as condições subjetivas como



fatores intrínsecos, interiores às relações de trabalho. Variando, obviamente, segundo a natureza do trabalho. Desse modo, em sua pesquisa Penin (2009) percebe que os fatores de insatisfação possuem origem pública, ou seja, independentes da prática e de solução externa, pois possuem caráter político. E os fatores de satisfação são identificados no âmbito escolar e com possibilidades de crescimento através da formação continuada.

Embora as alternativas tenham sido apontadas previamente por conta do caráter objetivo da pesquisa, tanto as alternativas dos fatores de insatisfação, quanto de satisfação, foram repetidas nas duas questões de múltipla escolha. Apesar de a autora identificar e classificar os fatores extrínsecos e intrínsecos de trabalho, nos questionários pretendia-se identificar como as(os) professoras(es) classificam esses fatores, por essa razão a repetição das opções. Orientando-se no sentido de não atrelar valores absolutos para os resultados, estando aberto para novas análises.

Nas respostas obtidas no questionário, dentre as múltiplas escolhas, disponibilizamos como fatores de Insatisfação e também Satisfação: O atual papel social da(o) professora(o); A percepção salarial; O nível de aprendizagem das(os) alunas(os); O desempenho/realização profissional; Formação (Graduação e Continuada); Suporte da escola; Suporte da Secretaria de Educação; Jornada de trabalho; Outros.

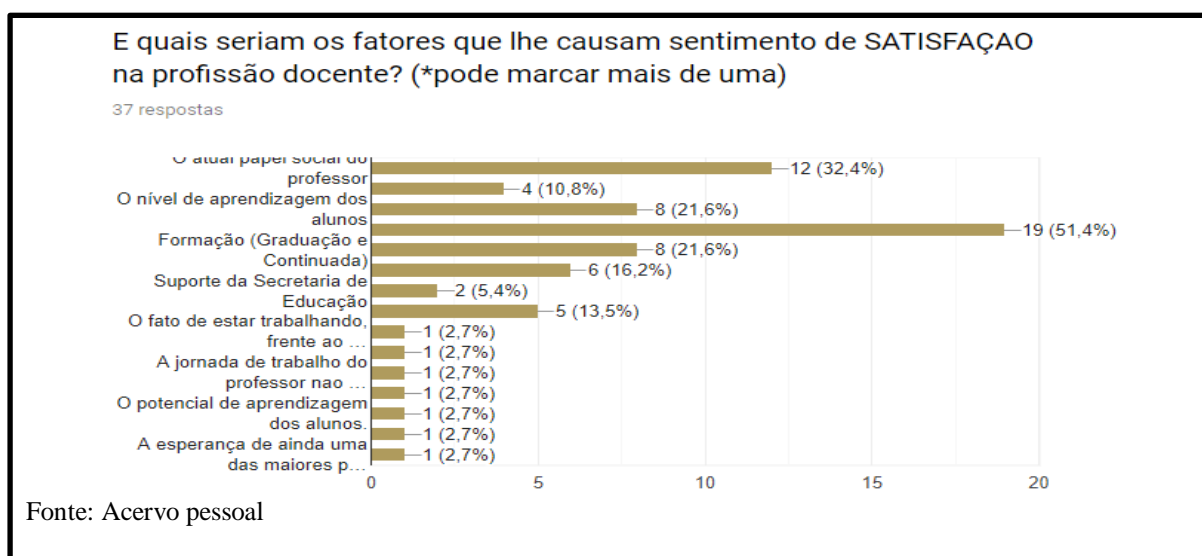
Das alternativas, ao sujeita(o) selecionar, por exemplo, “Percepção salarial” como fator de Insatisfação, entende-se que esta(e) encontra-se parcial ou totalmente insatisfeita(o) com o vencimento recebido. Mas, se por outro lado selecionar “Percepção salarial” como fator de Satisfação, depreende-se que esta(e) está parcial ou totalmente satisfeita(o) com o vencimento ganho. A mesma lógica aplica-se para as demais alternativas, a depender do fator analisado, Insatisfação ou Satisfação.

Para os fatores que causam sentimento de Insatisfação, que poderiam ser cumulativos, os resultados se deram da seguinte forma: O atual papel social da(o) professora(o) – 48,6%; A percepção salarial – 73%; O nível de aprendizagem das(os) aluna(os) – 48,6%; O desempenho/realização profissional – 16,2%; Formação (Graduação e Continuada) – 10,8%; Suporte da escola – 37,8%; Suporte da Secretaria de Educação – 45,9%; Jornada de trabalho – 48,6%; Outros – 2,7%, divididos nas respostas “Conviver com abuso hierárquico” e “Desvalorização em todos os níveis de ensino”. Logo a percepção salarial é o maior Fator de Insatisfação.



Em relação aos fatores de Satisfação, que foram as mesmas múltiplas escolhas, alcançou-se os seguintes resultados: O atual papel social da(o) professora(o) – 32,4%; A percepção salarial – 10,8%; O nível de aprendizagem das(os) alunas(os) – 21,6%; O desempenho/realização profissional – 51,4%; Formação (Graduação e Continuada) – 21,6%; Suporte da escola – 16,2%; Suporte da Secretaria de Educação – 5,4%; Jornada de trabalho – 13,5%; Outros – 2,7% que subdividem-se em “Ter uma estabilidade no emprego como no meu caso ser concursada”, “O prazer de ensino História”, “A esperança de ainda uma das maiores possibilidades de transformação social e de mentalidades, e assim poder contribuir na construção de uma sociedade menos injusta.”. Logo, O desempenho/realização profissional é o fator maior de satisfação. Como ilustra o gráfico 04 a seguir:

Gráfico 4 – Fatores de satisfação



Sob uma ótica étnico-racial, esses quantitativos subdividem-se de acordo com o que expressa os dados da tabela 1. Do total de 37 participantes da pesquisa, os quantitativos segundo a autodeclaração são: Pardas(os) – 16, Pretas(os) – 11, Brancas(os) – 09, Amarelas(os) – 01. Conforme a tabela 01 a seguir.

Tabela 1 – Fatores de insatisfação e satisfação segundo autodeclaração

	Insatisfação			Satisfação		
	Pardos	Pretos	Brancos	Pardos	Pretos	Brancos
Papel social do professor	07	03	08	03	05	03
Percepção salarial	11	09	06	02	01	01
Nível de aprendizagem	10	02	06	04	03	01



Desempenho profissional	02	01	02	08	06	05
Formação	02	01	01	04	02	02
Suporte da escola	05	03	04	04	01	01
Suporte da Secretaria	06	05	06	02	0	0
Jornada de trabalho	09	06	02	0	01	03
Outros	01	0	0	06	01	01

Fonte: Autor

Devido ao quantitativo de professoras(es) pertencentes ao grupo étnico negra(o) (de acordo com a classificação do IBGE) ter sido alcançado com maior expressividade, para a análise dos fatores em comparação entre os grupos étnicos optou-se por transformar os quantitativos em porcentagem para se obter maior compreensão em termos numéricos. Dos dados obtidos, iremos analisar as alternativas “Papel social da(o) professora(o)”, “Percepção Salarial”, “Desempenho profissional”, “Suporte da Escola” e “Jornada de trabalho”.

O primeiro filtro, “Papel social do professor”, em relação ao Fator de Insatisfação, fornece-nos os seguintes números: Negras(os) – 37% e Brancas(os) – 88,8%; Fator de Satisfação: Negras(os) – 29,6% e Brancas(os) – 33,3%. Esses números podem ser interpretados como tendo o grupo étnico que se autodeclara “branca(o)” como os mais insatisfeitos com o papel social do professor. No entanto, grupo étnico negra(o) não é o mais satisfeito. Quantitativo que talvez expresse, por parte do grupo étnico branca(o), o desapontamento com a profissão devido baixo status social que representa frente a outras profissões, por conta do processo de pauperização e inserção de classes populares nesta, como Fernandes (2017) aponta. Mas, talvez pelo processo de pauperização, que possivelmente as(os) professoras(es) negras(os) não estejam satisfeitos com o papel social da(o) professora(o).

Em relação a “Percepção Salarial”, para o *Fator de Insatisfação* temos: Negras(os) – 74% e Brancas(os) 66,6%; *Fator de Satisfação*: Negras(os) – 11,1% e Brancas(os) – 11,1%. A partir desses números fora possível perceber que as(os) professoras(es) negras(os) se encontram mais insatisfeitas(os) que as(os) brancas(os) em relação à percepção salarial. E que, coincidentemente, em termos de porcentagem, os grupos partilham de baixa satisfação em relação ao vencimento.

Para o “Desempenho profissional”, no *Fator de Insatisfação* obteve-se: Negras(os) – 11,1% e Brancas(os) – 22,2%; *Fator de Satisfação*: Negras(os) – 51,8% e Brancas(os) – 55,5%. Embora as(os) docentes negras(os) se demonstrem menos insatisfeitas(os) com o



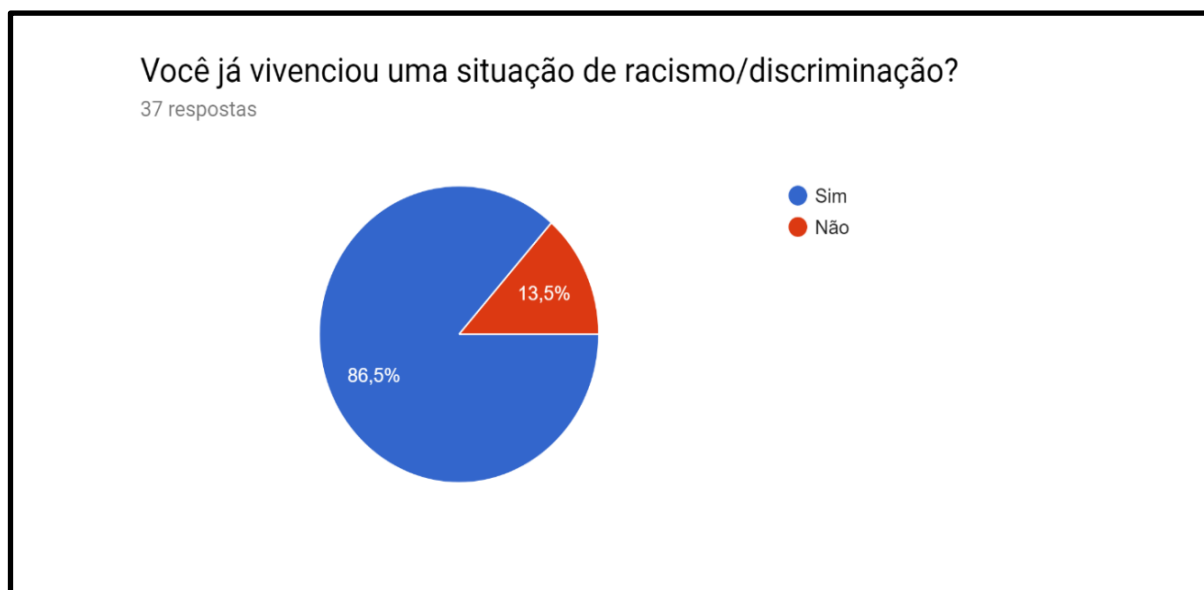
desempenho profissional, as(os) professoras(es) brancas(os) apresentam-se como as(os) mais satisfeitas(os).

No “Suporte da Escola”, os números para o *Fator de Insatisfação* foram: Negras(os) – 29,6% e Brancas(os) – 44,4%; *Fator de Satisfação*: Negras(os) – 18,5% e Brancas(os) – 11,1%. Sendo assim, pode-se depreender que as(os) professoras(es) negras(os) por serem as(os) menos insatisfeitas(os) e mais satisfeitas(os) com o suporte da escola, possivelmente possuem suas demandas atendidas, a depender obviamente da instituição em que se encontram.

Já para a “Jornada de trabalho” no *Fator de Insatisfação* teve-se: Negras(os) – 55,5% e Brancas(os) – 22,2%; *Fator de Satisfação*: Negras(os) – 3,7% e Brancas(os) – 33,3%. É perceptível a quantidade de professoras(es) negras(os) que se encontram, sobretudo com a análise dos dois fatores, insatisfeitas(os) com a jornada de trabalho. Considerando, segundo outros dados da pesquisa, das(os) 37 professoras(es) alcançado, cerca de 40,5% são provisórias(os), desta(e), 13 são indivíduos(os) negras(os).

Em uma análise que leva em conta um recorte étnico-racial, se faz necessário ter em consideração um ponto de extrema importância, as vivências das(os) docentes em relação ao racismo e a discriminação. Como podemos observar no gráfico 05.

Gráfico 5 – Situação de racismo/discriminação



Fonte: Acervo pessoal



De acordo com o gráfico, a vivência das(os) professoras(es) com uma situação de racismo/discriminação é algo bastante latente, indo de encontro a ideia de que no Brasil existe uma harmonia entre as “raças” e uma verdadeira Democracia Racial, como pregava o sociólogo Gilberto Freire em sua publicação *Casa Grande & Senzala* (1933).

Sobre a política e implementação de cotas, os resultados alcançados revelaram que 78,4% são a favor das políticas de ações afirmativas como cotas para universidades e concursos, enquanto 21,6% demonstram parecer negativo.

Como indica 48,6% das respostas, o atual papel social da(o) professora(o) tem sido posto em descrédito, a profissão passa por um momento de desvalorização social. No entanto, segundo Penin (2009) esse momento de desequilíbrio da profissão é algo que a relação dinâmica entre os fatores extrínsecos e intrínsecos pode influenciar beneficemente na medida em que a ação de um possui incidência sobre o outro.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho não pretende apresentar resultados absolutos, estando passível de reinterpretações, bem como análises em novas perspectivas. Mas, o que podemos constatar, diante dos objetivos e hipóteses, é o protagonismo das(os) negras(os) na docência em Rio Branco/Acre que, de acordo com Fernandes (2017), vem crescendo cada vez mais nas últimas décadas no Brasil.

Em relação à hipótese levantada acerca da divergência sobre os fatores de Satisfação e Insatisfação, atualmente as(os) professoras(es) encontram-se mais insatisfeitos com a percepção salarial e mais satisfeitos com o desempenho e a realização profissional. Sob uma perspectiva étnico-racial, em relação aos fatores selecionados “Papel social do professor”, “Percepção Salarial”, “Desempenho profissional”, “Suporte da Escola” e “Jornada de trabalho”, em determinados aspectos não existem muitas discrepâncias, tendo em vista o quadro atual da Educação. As maiores divergências em relação aos fatores de Insatisfação para as(os) professoras(es) negras(os) encontram-se no que tange o papel social da(o) professora(o), a percepção salarial e a jornada de trabalho, que se revelam significativamente superior. Para os fatores de Satisfação, a diferença mais expressiva fora em relação à jornada de trabalho, que é bastante inferior à percepção das(os) autodeclaradas(os) brancas(os).



REFERÊNCIAS

AMARAL, S. P. **História do negro no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2001.

FERNANDES, J. **Da trajetória escolar ao sucesso profissional: narrativas de professoras e professores negros**. 1 ed. – Curitiba: Appris, 2017.

GOMES, N. L. (org). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. ed. – Brasília: MEC ; Unesco, 2012.

KOMINEK, A.; VANALI, A. **Roteiros temáticos da diáspora: caminhos para o enfrentamento ao racismo no Brasil**. – Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

PENIN, S. Profissão docente e contemporaneidade. In.: **Profissão Docente: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summurus, 2009.

VICENTINI, P.P. LUGLI, R. G. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009.